



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Proc: \_\_\_\_/202\_

Folha:

Visto:

**EDITAL Nº 036/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025- FME**  
**(Processo Administrativo Nº 0008/2025 – FME)**

**OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE TRANSPORTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO”**

**DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO**

**DAS PRELIMINARES**

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa **Rodrigues & Cunha Transportes Ltda.**, que visa à inclusão, no edital, da exigência de registro do certificado de Transporte Escolar junto ao DETRO/RJ, bem como à revisão dos valores estimados.

**DA TEMPESTIVIDADE**

Publicado o instrumento convocatório com previsão de início do certame no dia 23/09/2025, a empresa apresentou impugnação no dia 18/09/2025.

Dessa forma, nos termos do item 13.1 do Edital do Pregão Eletrônico, do [art. 16 do Decreto nº. 1108 de 2024](#) e o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) a impugnação apresentada pela referida empresa foi tempestiva.

**DAS ALEGAÇÕES E DO PEDIDO**

Em breve resumo:

*“A impugnante sustenta que, por o Município de Aperibé ser cortado pela rodovia estadual RJ-116, fiscalizada pelo DETRO/RJ, os serviços de transporte objeto do pregão estariam sujeitos à regulamentação e fiscalização desse órgão. **Argumenta ainda que o DETRO/RJ**, responsável pelo transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e cargas, estabelece normas, tarifas e autorizações, além de coibir o transporte irregular, devendo, portanto, sua competência ser observada no presente certame. Nesse contexto, afirma que, por envolver não apenas fretamento contínuo, mas **também transporte escolar**, aplica-se o disposto no Art. 106 do Decreto nº 3.893/1981. Além disso, a impugnante questiona igualdade de valores estimado para diferentes percursos ”*



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Proc: \_\_\_\_/202\_

Folha:

Visto:

## **DA ANÁLISE DO MÉRITO**

Inicialmente, deve ser esclarecido que o presente pregão contempla serviços de transporte distintos e independentes entre si, submetidos a diferentes legislações ou a diferentes modalidades de aplicação da mesma legislação.

Na peça impugnatória, a impugnante trata todos os lotes como “**transporte escolar**”, alegando ainda que estariam sujeitos à legislação e à fiscalização do **DETRO/RJ**.

De fato, os Lotes I, II e III estão submetidos ao âmbito de controle do DETRO/RJ. Entretanto, cada um deles possui tratamento diferenciado:

- O lote I, refere-se a viagens esporádicas realizadas para fora do município, enquadrando-se como **fretamento eventual**, e não como transporte escolar”, conforme previsto DETRO/RJ. Art. 97 Decreto Nº 3893 DE 22/01/1981 e Art. 95 Decreto nº 42.868 de 28/02/2011.
- Os lotes II e III, destinados ao transporte de cursistas e universitários, enquadram-se como **fretamento contínuo**, conforme previsto no art.106-A do Decreto n.º 42.868 28/02/2011:

*"Art. 106-A. O transporte de estudantes universitários não será considerado transporte escolar e sim de fretamento contínuo, devendo atender aos dispositivos relativos a essa modalidade.*

O lote IV, denominado “Sistema Municipal de Ensino”, trata efetivamente de transporte escolar. Contudo, esclareço que o Decreto nº 3.893 de 22 de janeiro de 1981, bem como o Decreto 42.868 de 28/02/2011, são aplicáveis apenas para transporte **intermunicipal** de passageiros conforme dispostos nos mesmos:

*Art. 1º Fica aprovado o REGULAMENTO DO TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS do Estado do Rio de Janeiro, que acompanha este decreto*

*(...)*

*Dispõe sobre o Regulamento de Transporte Coletivo **Intermunicipal** de Passageiros por Ônibus, aprovado pelo Decreto nº 3.893, de 22 de janeiro de 1981, e dá outras providências.*

Conforme especificado no processo licitatório, o serviço de transporte escolar **não envolverá tráfego fora do município**, sendo, portanto, restrito ao âmbito municipal.

Dessa forma, não há a necessidade de cumprimento da norma, conforme os dispositivos citados na impugnação, uma vez que a prestação de serviços se limita ao transporte intramunicipal. Assim, não se aplica a exigência, pois o serviço não se



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Proc: \_\_\_\_/202\_

Folha:

Visto:

enquadra nas condições imposta pela legislação de atuação previstas para o transporte intermunicipal.

Embora a normativa citada não seja aplicável, não isenta a contratada de observar toda legislação vigente, inclusive quanto a registro de veículos em órgão competente, conforme previsto no item 02.8 do Termo de Referência.

**Da precificação**

Quanto a este ponto, esclarece-se que a igualdade entre os valores decorre do fato de o preço estar vinculado ao valor unitário por quilômetro, sendo a diferença apurada justamente na soma integral dos percursos.

Ressalte-se que a precificação definitiva decorre da **proposta apresentada pelos licitantes**, mediante a disputa competitiva própria do pregão, o que garante a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Assim, a igualdade de valores estimados não compromete a legalidade do certame, uma vez que o critério de julgamento é o **menor preço**, cabendo ao licitante dimensionar seus custos e formar sua proposta de forma livre e competitiva.

**DECISÃO**

Face ao exposto, com base nos princípios inerentes ao processo licitatório, nas disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolve julgar **IMPROCEDENTE** a impugnação interposta pela empresa **RODRIGUES & CUNHA TRANSPORTES LTDA**, e, mantendo-se o edital inalterado, bem como o prazo para realização da sessão.

Aperibé, 22 de setembro de 2025

**Marcos Paulo dos Santos Montozo**  
Pregoeiro